



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0011182-41.2017.8.26.0566 - Controle nº 2017/002100**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento Provisório de Decisão - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Nicolas Amaral Ferreira**  
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e outro**

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento provisório de sentença proposto por **N.A.F.** em face do **ESTADO DE SÃO PAULO e do MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento da tutela de urgência já deferida para fins de disponibilização de equipamento e insumos.

Os requeridos foram intimados para o cumprimento da obrigação no prazo de 72 horas.

O Município de São Carlos informou sobre a disponibilização dos insumos, não ofertando impugnação ao cumprimento.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo ofertou impugnação ao cumprimento de sentença alegando preliminarmente nulidade do presente feito tendo em vista a ausência de sentença e, no mérito, requereu o afastamento das penalidades cominadas, bem como, subsidiariamente, a impossibilidade de duplicidade dos meios coercitivos cominados.

O autor informou que os equipamentos e insumos foram entregues, requerendo a extinção do presente incidente.

É o relatório.

Decido.

Considerando a informação dada pelo executado Município de São Carlos quanto à entrega dos equipamentos e insumos e tendo em vista que o autor confirmou o fornecimento, declaro satisfeita a obrigação e julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Desnecessária a apreciação dos argumentos constantes na impugnação apresentada pela executada Fazenda Pública do Estado de São Paulo em razão da presente sentença.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

Deixo de proceder a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo em honorários advocatícios, ante o teor da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante da entrega dos equipamentos e insumos antes da presente decisão, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 21 de fevereiro de 2018.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**